- Considerando a Resolução CIT nº 02, de 17 de janeiro de 2012, que em seu artigo 6º define que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão adotar relações complementares de ações e serviços de saúde, sempre em consonância com o previsto na RENASES, respeitando as responsabilidades de cada ente federado pelo seu financiamento e de acordo com o pactuado nas comissões Intergestores.

- Considerando o disposto no artigo 196 da Constituição Federal, a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação;

- Considerando o disposto no artigo 197 da Constituição Federal, são de relevância pública as ações e serviços de saúde, cabendo ao Poder Público dispor, nos termos da lei, sobre sua regulamentação, fiscalização e controle, devendo sua execução ser feita diretamente ou através de terceiros e, também, por pessoa física ou jurídica de direito privado;

- Considerando a PORTARIA Nº 874, de 16 de maio de 2013 que Institui a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS);

- Considerando a Lei nº 12.732, de 22 de novembro de 2012, Art. 1º o paciente com neoplasia maligna receberá, gratuitamente, no Sistema Único de Saúde (SUS), todos os tratamentos necessários, na forma desta Lei;

- Considerando que antes de iniciar o tratamento do câncer, e mesmo durante ele, é comum que o paciente com a doença faça o exame chamado PET-CT. Ele une a tecnologia da tomografia computadorizada com a medicina nuclear para visualizar a área onde está o tumor, podendo mostrar a sua localização com mais exatidão e também as características dele;

- Considerando a grande demanda reprimida de pacientes aguardando para realizar o exame de PET-CT no estado do Pará, represados no Sistema Único de Saúde do Estado do Pará, decorrente de que o Hospital Ophir Loyola é referência para atendimento oncológico no Estado do Pará, sendo responsável por atender as demandas da capital paraense e de todos os municípios do Estado, e o mesmo não dispõe do exame PET-CT para ofertar aos seus usuários;

- Considerando o Regimento Interno da CIB/PA, aprovado pela Resolução CIB Nº 152 de 13 de setembro de 2018, que em seu artigo 26, estabelece que "Ao Presidente da CIB e CIR compete aprovar ad referendum, pleitos urgentes e relevantes que não possam ser pactuados pela plenária, devendo o assunto, ser submetido à pactuação na reunião ordinária subsequente".

Resolve:

Art. 1º - Pactuar "Ad Referendum" para contratação de serviços de exame tomografia computadorizada por emissão de pósitrons (PET-TC), pela Secretária Estadual de Saúde Pública - SESPA.

Art. 2º - Aprovar tabela complementar, aos serviços com finalidade diagnóstica de Tomografia Computadorizada por emissão de pósitrons (PET-TC), conforme descrito no anexo I.

Art. 4º - Definir que os valores relativos ao pagamento, de tabela complementar, serão custeados com recursos do tesouro do Estado.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belém, 10 de dezembro de 2021.

Rômulo Rodovalho Gomes.
Secretário de Estado de Saúde Pública.
Presidente da CIB/SUS/PA.

Charles Cezar Tocantins de Souza.
Presidente do COSEMS/PA.

Protocolo: 742199

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB/PA Resolução nº 170, de 10 de dezembro de 2021.

A Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará - CIB/PA, no uso de suas atribuições legais e:

- Considerando a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências.

- Considerando que a Portaria GM/MS nº 1.606 de 11 de setembro de 2001, prevê o pagamento complementar à Tabela Unificada do SUS, desde que seja efetivado com recursos próprios.

- Considerando a Portaria de Consolidação nº 1, de 28 de setembro de 2017, que consolida as normas sobre os direitos e deveres dos usuários da saúde, a organização e o funcionamento do Sistema Único de Saúde.

- Considerando a Resolução CIT nº 02, de 17 de janeiro de 2012, que em seu artigo 6º define que os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão adotar relações complementares de ações e serviços de saúde, sempre em consonância com o previsto na RENASES, respeitando as responsabilidades de cada ente federado pelo seu financiamento e de acordo com o pactuado nas comissões Intergestores.

- Considerando a emergência em Saúde Pública de importância Nacional (ESPIN) em decorrência da infecção Humana pelo novo Coronavírus.

- Considerando a grande demanda reprimida de consultas, cirurgias e exames eletivos, represados no Sistema Único de Saúde do Estado do Pará, decorrente da Pandemia COVID-19, que exige que sejam adotadas medidas em caráter emergencial para atendimento da população.

- Considerando o Regimento Interno da CIB/PA, aprovado pela Resolução CIB Nº 152 de 13 de setembro de 2018, que em seu artigo 26, estabelece que "Ao Presidente da CIB e CIR compete aprovar ad referendum, pleitos urgentes e relevantes que não possam ser pactuados pela plenária, devendo o assunto, ser submetido à pactuação na reunião ordinária subsequente".

Resolve:

Art. 1º - Pactuar "Ad Referendum" para contratação de serviços de baixa e média complexidade em Traumatologia-Ortopedia no município de Santarém, pela Secretária Estadual de Saúde Pública - SESPA.

Art. 2º - Aprovar o incentivo financeiro, aos serviços hospitalares no grupo de procedimento Cirúrgicos com internação e OPME na especialidade de Traumatologia-Ortopedia, conforme descrito no anexo I.

Art. 3º - Aprovar o incentivo financeiro, aos serviços ambulatoriais de Assistência Médica Especializada em Pré-Operatório e Pós-Operatório, conforme descrito no anexo I.

Art. 4º - Definir que os valores relativos ao pagamento, de incentivo financeiro, serão custeados com recursos do tesouro do Estado.

Art. 5º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belém, 10 de dezembro de 2021.

Rômulo Rodovalho Gomes.
Secretário de Estado de Saúde Pública.
Presidente da CIB/SUS/PA.

Charles Cezar Tocantins de Souza.
Presidente do COSEMS/PA.

Protocolo: 742185

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB/PA Resolução Nº 166, de 10 de dezembro de 2021.

A Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará - CIB/PA, no uso de suas atribuições legais e,

- Considerando a Portaria GM/MS nº 3.134, de 17 de dezembro de 2013, que dispõe sobre a transferência de recursos financeiros de investimento do Ministério da Saúde a Estados, Distrito Federal e Municípios, destinados à aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a expansão e consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS) e cria a Relação Nacional de Equipamentos e Materiais Permanentes financiáveis para o SUS (RENEM) e o Programa de Cooperação Técnica (PROCTEN) no âmbito do Ministério da Saúde.

- Considerando a Portaria de Consolidação Nº 6, que regulamenta o financiamento e a transferência dos recursos federais para as ações e os serviços de saúde, na forma de blocos de financiamento, com o respectivo monitoramento e controle.

- Considerando a Portaria GM/MS Nº 1.483, de 1º de julho de 2021, que altera a Portaria de Consolidação GM/MS nº 6, de 28 de setembro de 2017, para dispor sobre a aplicação de recursos de programação e de emendas parlamentares para aquisição de Ambulância de Transporte tipo A - Simples Remoção.

- Considerando o Ofício nº 456 da Secretaria Municipal de Saúde de Dom Eliseu, que solicita apreciação quanto ao Projeto de Implantação de Transporte de Paciente sem Risco em Decúbito Horizontal.

- Considerando o Regimento Interno da CIB/PA, aprovado pela Resolução CIB Nº 152, de 13 de setembro de 2018, que em seu artigo Art. 25, Parágrafo Único, letra "d" define: "A CIB poderá aprovar ou homologar, sem a necessidade da plenária, as deliberações da CIR, nas seguintes situações: ...d) Homologação de recursos oriundos de projetos e/ou Emendas Parlamentares do tesouro federal ou estadual".

- Considerando a Resolução CIR Carajás n.º 24, de 06 de dezembro de 2021, que aprova o Projeto de Implantação do Serviço de Transporte em Decúbito Horizontal de Pacientes sem Risco, Ambulância Tipo A, do município de Dom Eliseu.

Resolve:

Art.1º - Homologar a Resolução CIR Carajás nº 24, de 06 de dezembro de 2021, que aprova a Proposta de Aquisição de Equipamento/Material Permanente nº 11415.068000/1210-05, Projeto de Implantação do Serviço de Transporte em Decúbito Horizontal de Pacientes sem Risco, Ambulância Tipo A, do município de Dom Eliseu. no valor de R\$ 209.314,00 (Duzentos e nove mil, trezentos e catorze reais).

Art.2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação. Belém, 10 de dezembro de 2021.

Rômulo Rodovalho Gomes.
Secretário de Estado de Saúde Pública.
Presidente da CIB/SUS/PA.

Charles Cezar Tocantins de Souza.
Presidente do COSEMS/PA.

Protocolo: 742141

COMISSÃO INTERGESTORES BIPARTITE - CIB/PA Resolução Nº 167, de 10 de dezembro de 2021

A Comissão Intergestores Bipartite do Estado do Pará - CIB/PA, no uso de suas atribuições legais e:

- Considerando a necessidade de organizar a estratégia de ampliação do acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, em especial àqueles com demandas reprimidas identificadas no Estado do Pará;

- Considerando a Portaria GM/MS nº 3.641, de 21 de dezembro de 2021, que define para o Estado do Pará o limite financeiro de R\$ 14.328.070,16 (quatorze milhões, trezentos e vinte e oito mil setenta reais e dezesseis centavos), destinados ao custeio dos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos, para o exercício do ano de 2021, estabelecidos no anexo I da referida portaria;

- Considerando que a referida Portaria em seu Artigo 2º, Parágrafo 3º define: "A qualquer tempo, durante a vigência desta Portaria, a CIB/PA poderá repactuar os limites financeiros programados para a gestão estadual e para os gestores municipais ou remanejá-los, visando ao melhor cumprimento da estratégia. Quaisquer alterações nos valores e formas inicialmente pactuadas na CIB/PA somente passarão a vigorar após comunicação oficial ao DRAC/SAES/MS e publicação de portaria específica do Secretário de Atenção Especializada de Saúde".

- Considerando ainda, que o Artigo 3º da Portaria GM/MS nº 3.641, de 21 de dezembro de 2020 estabelece que, para efeito da estratégia, os Procedimentos Cirúrgicos Eletivos financiados por meio do FAEC são aqueles constantes do Anexo II e do Anexo III, atendendo aos critérios descritos no Inciso I e do Parágrafo único do mencionado artigo.

- Considerando a Portaria MS nº 194, de 5 de março de 2021, que define a distribuição de recursos financeiros para a realização da estratégia de acesso aos Procedimentos Cirúrgicos Eletivos no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), do Estado do Pará.

- Considerando a deliberação da Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Pará - CIB-SUS-PA, em Reunião Ordinária de 09 de dezembro de 2021.